

Diário Notícias

03-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Economia

Dimensão: 938

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/30

# Troika não cede um milímetro

**Sem margem.** Fase final da 8.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> avaliações marcada pelas posições muito duras dos representantes dos credores de Portugal

No final desta semana a missão da *troika* sairá de Portugal sem ter cedido em qualquer medida fundamental. Os técnicos do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia exigem a apresentação de medidas alternativas aos cortes chumbados pelo Tribunal Constitucional. Se Portugal não conseguir, em 2014, um saldo primário positivo de 670 milhões de euros, então não haverá programa cautelar para apoiar o regresso ao financiamento nos mercados e tudo ficará dependente da eventual negociação com a Europa de um segundo resgate. **BOLSA** PÁG. 30

- **Descida do IVA da restauração paralisada**
- **Cortes de 4 mil milhões são para fazer em 2014**
- **Chumbos constitucionais terão de ser compensados**
- **Estado obrigado a cativar 20 mil milhões até junho**
- **Meta do défice não será flexibilizada e ficará nos 4%**
- **Orçamento do Estado com austeridade reforçada**

# 'Troika' obriga a cativar 20 mil milhões até junho

**Depósitos.** É preciso manter mais de 20 mil milhões de euros em caixa para o que der e vier. Défice de 2014 em 4% para não emitir "maus" sinais. Cortes de 4 mil milhões são para ser feitos



Missão da 'troika' deve acabar os trabalhos em Portugal amanhã, regressando às bases para fazer o relatório da avaliação

LUÍS REIS RIBEIRO

A *troika* está inflexível na esmagadora maioria das medidas e metas em negociação das 8.ª e 9.ª avaliações.

A visita da missão, muito centrada no desenho do Orçamento do Estado de 2014, está quase a terminar e alguns pontos estão mais ou menos estabilizados: o Estado irá manter o nível de depósitos em 20 mil milhões de euros ou mais para o que der e vier no próximo ano; a meta do défice não muda (fica nos 4%) e o Governo compromete-se a cortar quase 4,3 mil milhões de euros na despesa, tendo ficado de apresentar medidas alternativas aos chumbos do Tribunal Constitucional e um plano B caso os juizes venham a vetar mais normas.

Os encontros com os técnicos da *troika*, que começaram a meio de setembro, estiveram muito centrados na questão do saldo primário (saldo orçamental sem os juros) que, "dê lá por onde der", tem de ser positivo já em 2014 "se o País quiser manter-se colado à Irlanda" e pensar ainda numa saída do ajustamento com recurso à rede de segurança do fundo europeu (MEE) e do Banco Central Europeu (BCE) via "programa catelar". Isto

é tão mais importante numa altura em que crescem os rumores de que a saída é um segundo ajustamento. Antontem à noite, citado pelo *Expresso online*, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, disse que até ao fim do ano vamos saber se podemos ou não concluir o programa com sucesso.

**Sem margem por causa dos juros**  
Em 2014, Portugal tem uma fatura com juros de 7,3 mil milhões de euros que, como não serão alvo de renegociação, coloca o País perante uma "inevitabilidade": não pode ter défice primário sequer. Será um feito raro. Há 17 anos que tal não acontece.

Segundo fontes próximas das negociações, o saldo orçamental terá de ser positivo no próximo ano (à volta de 0,4% ou 0,5%, um excedente de 600 a 700 milhões) e tal só é possível fechando ou privatizando serviços públicos e avançando com cortes no Estado social na ordem dos já enunciados quatro mil milhões de euros ou mais, referem.

Enquanto o Governo corta e não corta, os depósitos do Estado têm de manter-se num nível muito

alto, bem acima dos 20 mil milhões de euros. É um género de almofada de segurança caso a reforma do Estado atrase e o País continue parado nos leilões de dívida pública (os juros continuam elevados) sem conseguir ter dinheiro para refrescar os cofres.

**Pressão para cortar Estado social**  
Aquele nível de depósitos tão elevado em termos históricos terá ainda outro fim: é que com esta cativação de verbas em caixa, o Governo deixa de ter margem para deixar deslizar a despesa ou não reduzir gastos. Deixa de ter porque não consegue

ir ao mercado pedir

mais dinheiro a preços razoáveis. O financiamento da *troika*, esse, está contado. Falta receber 13,4 mil milhões de euros do pacote dos 78 mil milhões. A última *tranche* chega em julho de 2014.

Assim, a cativação é uma pressão indireta para fazer a reforma do Estado e reduzir o saldo primário, o indicador para onde todos estão agora a olhar. Tem ainda outro inconveniente. É que o dinheiro em depósitos em conta agrava a dívida pública, ainda que não seja dívida efetiva.

Com os recentes chumbos do Constitucional (travou o regime que permitia despedir funcionários) e outros que possam acontecer (caso da convergência da CGA com o regime geral), o Governo ficou sem respostas consistentes (e convincentes) para dar à *troika*.

As eleições também não ajudaram a encontrar alternativas, com o CDS a desmarcar-se do programa (o guião de Paulo Portas, prometido desde fevereiro, ainda não é conhecido; está contra a taxa social sobre os pensionistas). E até a ministra das Finanças, do PSD, veio confirmar que o Governo está a lutar por um défice de 4,5%.

Mas os "mercados", têm dito os homens da *troika*, querem ver cortes na despesa na ordem dos quatro mil milhões ou mais, como combinado, caso contrário o País não vai completar o regresso aos mercados. Alargar a meta do défice só serve para acicatar os agentes financeiros, lembram. A ideia que corre é que até pode haver margem para alargar metas, mas esse debate só deve vir a público mais no final do próximo ano, quando o país ultrapassar o teste de fogo que é o fim do financiamento oficial (em julho do próximo ano).

A missão deve terminar a visita a Portugal na próxima sexta-feira.

## INFLEXÍVEIS

### REFORMA DO ESTADO

> A *troika* insiste em cortes de 4,7 mil milhões de euros em dois anos. O grosso terá de vir no OE/2014, cerca de quatro mil milhões. Paulo Portas não apresentou ainda o guião para essa reforma. Desde fevereiro que a divulgação desse trabalho está a ser constantemente adiado.

### IMPOSTOS

> **Descida** de IVA na restauração: embora não seja ideologicamente contra a descida de impostos, a *troika* quer saber como é que o Governo terá margem para financiar a medida, numa altura em que não sabe como pode completar a reforma do Estado em toda a sua extensão.

### DESPEDIMENTOS

> A **missão** quer saber como é que o Governo pensa contornar o chumbo do TC ao regime da requalificação. Seria a base de toda a reforma do Estado social. Para reduzir ou privatizar serviços, as pessoas têm de sair. Executivo está a "ajustar" a medida para que esta surta algum efeito.

### CGA

> **Os novos cortes** nas pensões da Caixa Geral de Aposentações (CGA) são fulcrais para minimizar o efeito financeiro da fuga das pessoas (no ativo) para a reforma. A *troika* quer um plano de contingência caso o TC também chumbe a medida. Afinar a lei em curso é opção.

### DÉFICE EM 4%

> A **meta** do défice tem de ficar em 4%, como combinado. A Comissão Europeia e outros altos responsáveis europeus já disseram que Lisboa está a dar sinais errados ao mercado ao insistir nisso. Acredita-se que no final de 2014 a meta até pode deslizar. Para já, é melhor manter o plano.

### CÓDIGO DO TRABALHO

> **OTC** chumbou recentemente normas do Código do Trabalho que iam liberalizar os despedimentos individuais (extinção do posto de trabalho e inadaptação), algo que deixou inquietos os técnicos da missão externa, sobretudo os do FMI. A *troika* quer medidas para flexibilizar mais os salários, uma forma, acredita, de fazer baixar o desemprego. Camadas mais jovens na mira.

### COLADO À IRLANDA

> **O plano pós-troika** é para manter. Portugal deve continuar a seguir os passos da Irlanda (que vai seis meses à frente no ajustamento). O Governo quis convencer a missão de que este OE é consistente com o final do programa da *troika* e que garante dinheiro até ao final de 2014. L. R. R.